INFORMATIVO

ESPECIAL Nº 5 AGOSTO DE 2000

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES - ANDES-SN

Brasília, 3 e 4 de agosto de 2000

1. Discussão sobre GID e Emprego Público

Encaminhamentos:

a) Discutir nos GTPEs e nos GTs-Carreira locais e nacionais verificando, junto às coordenações destes GTs, a possibilidade de antecipar a data dos GTs nacionais para viabilizar uma reunião conjunta;

b) Discutir, nas AGs e nos GTs locais, os documentos sobre a GID, a proposta do governo sobre Emprego Público e a análise do Setor das IFES sobre este documento.

c) Realização de um "Encontro de 1° e 2° graus":

Objetivo: Discutir temas ligados à situação do 1° e 2° graus na atualidade; Participantes: Professores de 1°, 2° e 3° graus da base da ANDES-SN;

Data: 27 de agosto;

Local: Brasília, DF.

d) Encaminhar o documento de avaliação sobre emprego público e GID, para a ANDIFES, acompanhado de uma carta política apresentando a posição do Sindicato e exigindo um posicionamento claro desta entidade sobre os temas;

e) Retomar ações junto à Frente Parlamentar em Defesa da Educação com a entrega do documento de avaliação acima referido.

2. Ato no Congresso Nacional

Às 15h, no Plenário da Câmara, com a presença de representantes da ANDES-SN, delegações da FASUBRA, do SINASEFE, do FINAJUFE e da CNTSS, além dos parlamentares Babá (PT-PA) e do primeiro Vice-presidente da Comissão de Educação do Congresso, Deputado Gilmar Machado (PT), iniciou-se o Ato Público em defesa dos serviços públicos. As entidades se pronunciaram conclamando os parlamentares a defenderem a ampliação da massa salarial para os servidores, garantindo as verbas para os serviços públicos na LDO. Após o encerramento do ato, os manifestantes se dirigiram ao Senado, com o objetivo de assistir ao depoimento do ex-secretário da presidência, Eduardo Jorge, sendo impedidos de entrar pelos seguranças do Congresso.

3. Encaminhamentos sobre a perspectiva de greve neste momento:

Diante do quadro das AGs e, a partir de uma avaliação da conjuntura, o Setor das IFES concluiu que não há condições, neste momento, para a retomada da greve dos SPFs ou, mesmo, para a retomada da greve do setor da educação ou dos docentes. Esta constatação se deve ao quadro de mobilização demonstrado na base das entidades da CNESF e, também, do nosso sindicato.

Esta conclusão não significa, no entanto, que o setor esteja descartando a greve como instrumento de luta para esta conjuntura; mas sim, apostando numa perspectiva de retomada da ação direta, com a ampliação do movimento, para o enfrentamento com o governo. Para tal, é necessário que seja discutido, nas AGs, as últimas medidas governamentais. Dando-se destaque para:

a) regulamentação acelerada das reformas administrativa e da previdência, com ênfase na proposta de emprego público;

b) financiamento da universidade e fundos setoriais;

c) condições de mobilização, perspectiva de retomada e ampliação da luta direta;

d) implicações do Regime de Emprego Público e GID para o trabalho dos professores universitários.

4. Ações de Mobilização – deliberações:

a) Retomada da Comissão Nacional de Mobilização, mantendo-se os seus critérios de funcionamento, em lugar do Comando Nacional de Mobilização do Setor das IFES que deixa de existir;

b) Campanha em defesa da Universidade Pública com adesivos e abaixo-assinado a ser entregue, em Ato no Congresso, após o Encontro Nacional Unificado ANDES/ UNE/ FASUBRA/ UBES. O objetivo, neste caso, é alcançar 250.000 assinaturas; esta campanha é proposta para ser desenvolvida pelas entidades participantes do Encontro Unificado. Caso não seja possível realizar a campanha com todas estas entidades, implementá-la com as adequações necessárias.

c) Fortalecimento, com envio de companheiros e repasse de pagamento, da Comissão Nacional de Mobilização da ANDES-SN;

d) Organização, pelo Movimento Docente, de uma exposição a ser aberta nas principais cidades do país ou, ao menos, naquelas que são sedes de IFES, levando à opinião pública, em termos claros e didáticos, os dados estatísticos relativos ao processo de privatização do ensino superior – evolução do número de vagas na rede pública e privada; evolução das matrículas e das mensalidades, face à inflação, num dado período; estrutura salarial do magistério; pagamento por hora-aula; quadros comparativos dos níveis de titulação nos magistérios público e privado; pesquisa científica dos dois tipos de IES esclarecimentos sobre os custos sociais, etc

5. Calendário:

a) Rodada de AGs: no prazo de 30 dias;

b) Próxima reunião do Setor das IFES: 02 de setembro;

c) Próxima Plenária dos SPFs: 03 de setembro

6. Encaminhamentos da reunião do Setor das IFES para a Plenária dos SPFs:

a) Quanto à retomada da greve:

O Setor, com base no quadro apresentado pelas ADs e, após avaliação da conjuntura concluiu que não há condições de retomada a greve dos SPFs neste momento, sendo necessário definir ações para avançar a mobilização das diferentes categorias mantendo, no horizonte, a retomada da luta direta.

b) Quanto às liminares:

O Setor considera que estas não representam o eixo central da greve devendo ser retiradas, de acordo com a dinâmica do movimento, a ser avaliada pela Coordenação dos SPFs.

PLENÁRIA NACIONAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS
Realizada no dia 05 de agosto de 2.000

Pauta:

- 1. Informe das entidades;
- 2. Situação dos Aposentados e Pensionistas do Serviço Público
- 3. Avaliação de Conjuntura/ Encaminhamentos;

INFORME DA ANDES-SN:

ANDES/SN: Reunião do Setor dias 03 e 04/08, presentes 20 seções sindicais

Quadro atual da Greve: Das 56 Seções Sindicais das IFES, 33 entraram em greve e hoje (05/08/00) , somente uma se mantém (ADUFMAT).
O quadro das Estaduais – alguns estados já realizaram acordos (SP, SC), outros mantém greve (BA), outro indica entrada em greve (MT).

PONTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO DO SETOR DAS IFES:

1. Medidas do governo:
Emprego Público – com posição expressa em documento, à disposição, que contém avaliação inicial do setor, a respeito do Projeto do MEC de Lei de emprego das IFES.

2. Avaliação da Greve – retomada ou não da greve do Setor, greve específica, greve dos SPF.
3. Retirada de Liminares:
Na discussão da Conjuntura destacaram-se:

a) Questão política – crise do governo, denúncia de corrupção, medidas para ocultar decomposição da legitimidade e governabilidade.
b) Questão econômica – cumprimento das metas do FMI e acentuação da proposta de Reforma do Estado do Governo – privatização, arrocho salarial, destruição do serviço público.
c) Questão Social – Agravamento das condições de vida da população pela destruição dos servidores públicos; criminalização dos movimentos de resistência que estão sendo ampliados e fortalecidos pela construção da unidade; repressão com prisões e mortes, principalmente na base do MST.

4. Na discussão da avaliação do movimento docente e da greve dos SPFs destacamos:

a) Ganhos políticos com construção da unidade. Ampliação da luta mais com problemas organizativos e de mobilização.
b) Ganhos econômicos – possibilidades pela LDO e limites pelos decretos e medidas como as gratificações e proposta de Lei sobre emprego público que preconiza trabalho docente.
c) Problemas organizativos na base do movimento – que exigem ações concretas para reconstruir o movimento da base. Retomando GTs, implementando plano de luta, realizando encontro unificado – ANDES, FASUBRA, UNE, SINASEFE.
d) Ações conjuntas – coordenados para ampliar movimento de resistência à destruição dos Serviços Públicos e da redução, da universidade pública.

Manter Mobilização
Avançar na organização
Ampliar participação – CUT, Partidos, demais setores sociedade.

Quanto à retomada da Greve, que foi estrategicamente suspensa, deliberamos no setor, com 20 seções presentes que: não existem condições e elementos conjunturais para retomada da greve, nem dos docentes, do setor ou dos SPFs. No entanto a retomada está no horizonte, dependendo de dados conjunturais, da superação de problemas organizativos e de mobilização e das respostas do governo. Portanto a deliberação é : Não retomada, neste momento, cabendo continuar mobilização e organização.

Quanto às liminares: deliberamos pela retirada, mas de acordo com a dinâmica a ser avaliada pela Coordenação e com nota pública denunciando engodo do governo ao afirmar que houve acordo entre o CNUG e o Ministério do Planejamento, na proposta dos termos do memorando de entendimento. Calendário específico do Setor: intensificado para organizar, por dentro o sindicato e, em sintonia com o deliberado pelos SPFs, de forma coordenada.

PROPOSTAS APROVADAS NA PLENÁRIA DOS SPF's:

1. Campanha pela abertura de CPI para investigar as negociatas de Eduardo Jorge;
2. Participação dos SPFs nas atividades do Plebiscito da Dívida Externa.
3. Formular documento à CUT reafirmando a importância desse momento político e o papel da Central no sentido de organizar e unificar as lutas que ocorrerão no próximo período (petroleiros, correios, bancários, servidores, etc.), aprofundando o desgaste do governo FHC e ampliando a campanha pelo FORA FHC; que a CUT encaminhe a Campanha em Defesa do Serviço Público com extensão da Campanha para toda a sociedade, buscando o envolvimento das entidades e setores que apoiaram nossa greve.
4. Que o 7º CONCUT marque a data da Greve Geral antes das eleições municipais.
5. Pressão junto aos parlamentares em Brasília e nos Estados, pela inclusão do aumento da massa salarial no OGU.
6. Nota política da CNESF sobre documento oficial do governo que tenta impor aos servidores a responsabilidade pelo não andamento das negociações.
7. Remeter à base pauta de reivindicações dos SPFs para que seja avaliada, atualizada e modificada. O retorno desse debate deverá ocorrer na próxima Plenária, para deliberação final. As propostas devem chegar através das entidades nacionais até o dia 30/08/2000.
8. Manter o debate na base sobre a retirada ou não das ações impetradas pelas entidades sobre o corte de ponto. Sendo certo que a próxima Plenária irá deliberar sobre esse ponto. A CNESF deverá encaminhar às entidades nacionais documentos acerca de uma e outra proposta a fim de subsidiar o debate.
9. Esta Plenária indica que os candidatos que representam os trabalhadores encampem a campanha do FORA FHC e o FMI em seus programas, aproveitando o espaço na TV, Rádio e em seus materiais de campanha.

APOSENTADOS:

- Criação de um Grupo de Trabalho (GT) de Assuntos de Aposentadoria da CNESF. A composição do GT será de até 2 representantes efetivos e 1 suplente por entidade nacional. Os nomes devem ser encaminhados para a reunião da CNESF do dia 08/09.
- O GT deverá elaborar documento a ser apresentado e distribuído no 7º CONCUT, com a posição dos SPFs contrária a criação do Sindicato Nacional dos Aposentados. Este documento deverá ser distribuído na base.
- O GT deverá apresentar à CNESF propostas sobre as questões de aposentadoria para serem aprovadas na próxima plenária e remetidas ao I Encontro Nacional sobre Assuntos de Aposentadoria, em setembro (vide calendário).
- O documento a ser enviado para a base deverá orientar todas as entidades de base a não filiação dos aposentados da base federal ao sindicato nacional dos aposentados.

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS:

- Realização de um Seminário Nacional dos Servidores Federais sobre a realidade dos servidores públicos hoje, em data a ser definida.
- Formação de GTs da CNESF, com representantes das Entidades Nacionais, para subsidiar a CNESF em temas como orçamento, relações de trabalho, assuntos de aposentadoria, entre outros que a CNESF julgar necessários.
- Realização, até o fim de 2000, de encontros estaduais de servidores públicos.
- Enviar proposta à CUT (via documento ao 7º CONCUT) de realização de Encontro Nacional de Servidores das 3 esferas (federais, estaduais e municipais) ainda em 2.000.

Sugerir à CNBB que divulgue, através das pastorais, nossas propostas de defesa do serviço público, aproveitando a campanha de esclarecimento da importância do voto nas eleições municipais.

PAUTA PARA ATUALIZAÇÃO

1. EMPREGOS

- Revisão e suspensão das medidas relacionadas a Reforma Administrativa, particularmente no tocante a: avaliação de desempenho; legislação que limita gastos com pessoal da União; disponibilidade e demissão de servidores públicos estáveis e não estáveis; redução da jornada de trabalho com redução de salários;
- Acesso aos cargos do serviço público apenas através de concurso público;
- Reabertura dos processos de convocação dos aprovados nos concursos já efetuados;
- Definição de Plano de Cargos, Carreiras e Salários para os trabalhadores dos diversos segmentos do Serviço Público Federal;
- Implantação de políticas que impeçam a discriminação de trabalhadores do serviço público por motivo de raça, gênero, idade, religião, opção sexual, entre outras, no acesso e prática do serviço;
- Alocação de verbas suficientes para o atendimento qualificado do serviço público;
- Reintegração dos demitidos e assegurar a manutenção dos anistiados pela Lei 8878/94;

2. SALÁRIOS

- Reconhecimento da data base dos Servidores Públicos Federais em 1º de maio;
- Reposição imediata de todas as perdas salariais acumuladas desde janeiro/95 até a presente data, sem prejuízo de negociações sobre perdas anteriores. Desde janeiro de 1995 até julho de 1999, o acumulado do ICV-DIEESE é de 57,57%.
- Incorporação das Gratificações por Exercício de Atividades ao vencimento no seu valor mais alto;
- Pagamento integral dos valores decorrentes de sentenças judiciais;
- Pagamento imediato e integral dos 28,86% concedidos aos militares, legislativo e judiciário;

3. DIREITOS SINDICAIS

- Direito à Organização por Local de Trabalho
- Garantia de acesso dos dirigentes e de reuniões nos locais de trabalho;
- Espaço para divulgação de materiais do sindicato;
- Liberação de representantes por local de trabalho para participação em atividades sindicais;
- Espaço de negociação permanente acerca de questões locais;
- Estabelecimento de espaços de negociação sindical permanentes nos diversos setores dos Servidores Públicos Federais;
- Liberação de dirigentes sindicais com salários pagos pelos empregadores;
- Reconhecimento da importância do exercício da atividade sindical para o aperfeiçoamento da democracia garantindo a liberação dos dirigentes com remuneração arcada pelos empregadores;
- Garantia, conforme constituição federal, do desconto em folha de mensalidades e outras eventuais taxas aprovadas pela categoria, sem ônus para as entidades sindicais;

4. DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL

- Defender um orçamento digno para a Seguridade Social e que sua utilização seja apenas na Seguridade Social;
- Garantir o repasse do Tesouro Nacional de todas as receitas arrecadadas para a seguridade social, proibindo o desvio dessas verbas para outras finalidades;
- Criação imediata de uma Comissão Paritária para gerir e fiscalizar os recursos da Seguridade Social ;
- Realizar auditoria independente na Previdência Social assegurando o efetivo controle da sociedade;
- Suspensão e revisão dos conteúdos em curso da Reforma da Previdência Social;

Revogação da lei que institui o aumento do desconto para os servidores ativos

- Manutenção da aposentadoria especial para todos os trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde e condições insalubres;
- Manutenção da Previdência Social Pública Estatal.
- Garantia do Controle Social nas políticas de Seguridade Social, com a revogação dos artigos da Medida Provisória 1.799/99 que extinguem o Conselho Nacional de Seguridade Social e os Conselhos Estaduais de Previdência Social;

5. EDUCAÇÃO

- Manutenção do Sistema Educacional Federativo, Público, Gratuito de Qualidade e com Compromisso Social, bem como os recursos atualmente estabelecidos pela Constituição Federal;
- Revogação do Decreto Ministerial n.º 2208/97 e da Portaria n.º 646 do MEC;
- Manutenção do Sistema Federal de Ensino Superior Público, Gratuito e Qualidade com Compromisso Social; defesa da auto aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal; a instalação da Agenda Autonomia Universitária com a participação de todas as entidades representativas da comunidade universitária; a aplicação de no mínimo 75% dos recursos destinados à educação para o ensino superior;

6. OUTRAS REINVIDICAÇÕES

- Garantia da dotação orçamentaria para o pagamento dos direitos já assegurados tais como: indenizações; auxílios creche, transporte, alimentação e assistência médica;
- Fim dos cortes no orçamento do Poder Judiciário e a garantia dos recursos para o pagamento dos benefícios (vale alimentação, transporte, saúde, etc.), bem como das diferenças salariais devidas; retirada do Projeto de Lei de Reforma do Judiciário e a ampla discussão com a sociedade civil;
- Pagamento dos anuênios conforme decisão do STF;

56º Encontro da Regional Leste
BH, 4 e 5 de agosto/00

Pauta:

- Informes
- Avaliação do 40º CONAD
- Encaminhamentos do 40º CONAD
- Avaliação da greve
- Outros assuntos

AVALIAÇÃO DO 40º CONAD

- Encaminhamentos;
- Avaliação e atualização do Plano de Lutas
- Questões organizativas e financeiras;
- Plano de lutas do Setor das IFES;
- Plano de Setor das IPES;
- Política Educacional
- Avaliação da Greve
- Outros assuntos

EDITAL

ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DOS DOCENTES DA UFMG, SEÇÃO SINDICAL DA ANDES-SN - SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Convocamos todos os integrantes da categoria representados por esta entidade - professores da UFMG ativos e aposentados - para comparecerem à Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no auditório da Faculdade de Letras (sala 1007) – Campus Pampulha, na Av. Antônio Carlos, 6627, no dia 22 de agosto de 2000, a instalar-se em primeira convocação, às 8:30 horas, com o quorum mínimo de 1/10 dos associados e, em segunda convocação, às 9:00 horas, com qualquer número de associados, para discutir, deliberar e autorizar sobre:

1. Ajuizamento de Ação visando a correção dos valores de incidência e aumento de alíquota do Imposto de Renda de pessoa física.
2. Ajuizamento de Mandado de Segurança para estender aos professores de 1° e 2° graus aposentados o pagamento Gratificação de incentivo à Docência – GID.
3. Informes Gerais
4. Atualização da Pauta de Reivindicações.

Belo Horizonte, 18/08/2.000.

Reunião do GTSS – Grupo de Trabalho sobre Saúde e Seguridade Social – realizado no Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de agosto

Estavam presentes representantes de 10 AD's e 3 diretores da ANDES-SN. Foram tratadas as seguintes questões:

1- Seguridade e questões de aposentadoria;
2- Saúde – centrada na questão dos Hospitais Universitários e na discussão do documento da CINAEM sobre o ensino médico;
3- Assistência Social;
4- Organização dos trabalhadores aposentados do serviço público;
5- Foram tratados ainda as questões das reformas da Previdência e Administrativa, sobretudo no que se refere a criação do Emprego Público;

Encaminhamentos:

1- Participação no GT sobre Seguridade Social da CENESF;
2- Participação do Encontro Nacional sobre Seguridade e Assuntos de Aposentadoria, a ser realizado em Brasília nos dias 10 a 12 de setembro, terminando com ato público no dia 13;
3- Participar da Conferência Nacional de Saúde a ser realizada dia 16 a 19 de dezembro (data provável);
4- Organizar seminários nacionais sobre Assistência Social;
5- Reafirmar posição contra a criação do Sindicato Nacional de Aposentados criado pela Força Sindical e proposta pela CUT;
6- Propor um congresso nacional de aposentados.

Relatório do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia
Brasília, 09 de agosto de 2000

Encaminhamentos:

- Situação do GT-C&T na AD: se existe, composição, calendário de reuniões;
- Levantamento sobre as Fundações de Apoio existentes nas IES: se existem, quantas, a que departamentos ou institutos estão vinculados, projetos existentes, fontes de recursos, volume de recursos administrados, projetos existentes, composição e forma de escolha dos conselhos;
- Fundações de Amparo a Pesquisa existentes nos Estados – situação de funcionamento, volume de recursos orçamentários previstos na Constituição Estadual, composição e forma de escolha dos conselhos das fundações;
- Socializar entre os sindicalizados informações e promover debates locais sobre Fundos Setoriais e Plano Plurianual 2000/2003.

Outras deliberações:

- Organizar um número especial do Caderno ANDES sobre fundos setoriais, a partir das discussões realizadas durante os eventos;
- Compor a Comissão Central do Encontro de C&T na Amazônia, em conjunto com a Regional Norte e seções sindicais;
- Realizar a próxima reunião do GT C&T em Montes Claros logo após o Seminário, com a seguinte pauta: Preparação de textos para o 41° CONAD e do Encontro de C&T na Amazônia.

NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS - NOTAS

FGTS

Os Juízes do Supremo Tribunal Federal ao julgarem a correção do FGTS, no último dia 10 – quinta-feira, concederam aos trabalhadores o percentual de 61,45% dos planos econômicos (Plano Verão: 16,69 e Collor 1: 44,8%).

O que se discute no processo é como o governo pagará a correção, isto é, através de precatório ou se será incorporado imediatamente aos depósitos do FGTS.

Assim, não contemos com uma vitória, pois caso o Supremo decida pelo pagamento através de precatórios, o calote governamental poderá ser institucionalizado.

Não podemos ficar satisfeitos com a decisão, já que o parcelamento dos precatórios poderá ser de até 10 anos.

IMPRESSO

Dívida Externa

Participe do Plebiscito Nacional da Dívida Externa a ser realizado de 2 a 7 de setembro de 2000.

Constituinte Escolar

De 21 a 23 de agosto estará acontecendo no Minas Centro, o 2° Encontro Municipal da Constituinte Escolar de BH.

Greve dos Funcionários

Durante o mês de julho e agosto a Diretoria da APUBH reuniu-se várias vezes com representantes do Comando de Greve Local dos funcionários, DCE, UEE e UNE.